

O PLANO REAL E O PODER AQUISITIVO DAS RENDAS¹

Gabriela Isla Villar Martins²

1. INTRODUÇÃO

Três anos de Plano Real já se passaram, e, muitas coisas mudaram na realidade enfrentada pelo consumidor, em relação a anos anteriores, em que a inflação o prejudicava de vários ângulos.

Apesar de se enfrentar atualmente inúmeras reclamações sobre a crescente taxa de desemprego e a inadimplência determinada pelo comprometimento irresponsável das rendas a futuro, queremos aqui destacar várias questões que podem ser melhor entendidas considerando exemplos numéricos, atualizados. Trata-se dos ganhos reais obtidos pelos assalariados após controle da inflação e a simultânea queda dos preços dos eletrodomésticos em geral e produtos da cesta básica, que determinaram a elevação do seu poder de compra, o que lhes permitiu se abastecer de produtos que antes não conseguiam alcançar.

Entretanto, o perigo maior dessas novas condições, aceleradas principalmente nos primeiros dois anos de Plano Real, foi o estímulo

¹ Resultados parciais desta pesquisa foram já divulgados em artigos de jornal, entrevistas na TV, Rádio e para jornais locais.

² Mestre em Economia Quantitativa pela UFRGS, Professora e Coordenadora do Centro de Pesquisas Econômicas - CEPACE da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

às compras a crédito, que levou ao consumidor a comprometer uma percentagem significativa de sua renda em prestações e depois enfrentar dificuldades para pagá-las.

Este artigo abordará, de forma empírica, através de exemplos numéricos, as três questões levantadas acima: o valor dos salários, o comportamento dos preços de bens de consumo básico e a queda de preços de eletrodomésticos. Antes da apresentação dos resultados, resumem-se a seguir os procedimentos metodológicos utilizados.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a obtenção dos resultados apresentados baseou-se no levantamento de valores monetários de salários e preços, tanto de bens de consumo como de eletrodomésticos.

Os preços de bens de consumo foram avaliados com a comparação de preços de alimentos, produto de higiene e de limpeza levantados em supermercados de Campo Grande-MS, levantados pelo CEPACE-Centro de Pesquisas Econômicas da UCDB, assim como dados secundários correspondentes a levantamentos da SUPLAN-Superintendência de Planejamento, da Secretaria Estadual de Finanças, Orçamento e Planejamento do Governo de Mato Grosso do Sul.

A evolução dos preços de produtos eletrodomésticos foi avaliada a partir da coleta de anúncios encontrados em jornais de veiculação nacional³.

³ Considerou-se na pesquisa uma única fonte – Jornal Folha de São Paulo, e uma única loja, que costuma oferecer grande número de produtos através de anúncios, para manter a política de taxa de marcação. Foram levantados os preços de vários produtos, mantendo as suas características quanto a tamanho e marca.

A atualização dos valores monetários, para transformá-los em reais de fevereiro de 1998, foi realizada com o índice IGP-di da FGV. Para melhor visualizar as variações de valor, foram realizadas comparações do custo de produtos básicos e de eletrodomésticos, em unidades de Salário Mínimo.

A seguir é apresentada a análise separada em três seções, caracterizadas por variáveis e metodologias diferentes. Na última seção apresentam-se as considerações finais.

3. O VALOR DOS SALÁRIOS

No Brasil, segundo as estatísticas mais recentes do IBGE, mais de 50% da população empregada recebe até 3 salários mínimos. A importância relativa dessa população nos levou a centrar a análise dos ganhos alcançados no valor dos salários, no estudo do Salário Mínimo.

Todos lembramos ainda das épocas em que a inflação mensal no Brasil superava os dois dígitos. Se considerarmos o período posterior a 1980, observamos que várias tentativas de controle da inflação conseguiram reduzir a taxa mensal, mesmo que temporariamente. O gráfico a seguir mostra a evolução da taxa de inflação mensal nos últimos 17 anos.

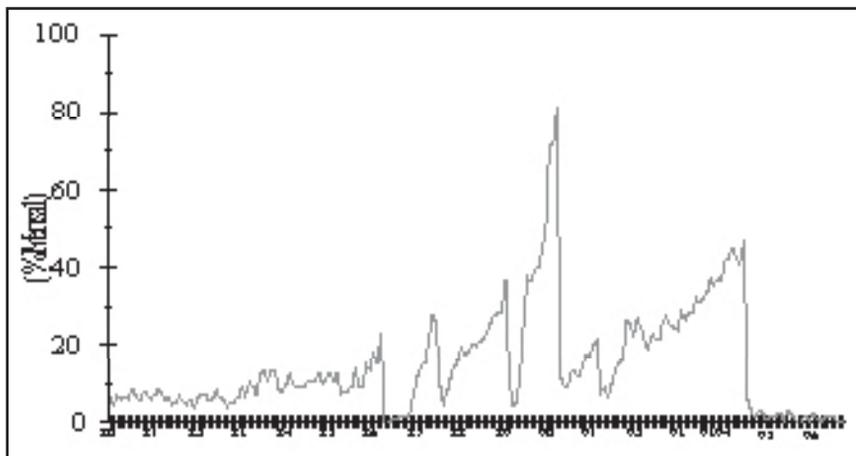


GRÁFICO 1. TAXA DE INFLAÇÃO MENSAL – IGPM – BRASIL 80-90

Observa-se que no período, a máxima taxa de inflação foi alcançada logo antes da implantação do Plano Collor, chegando a 81,3% no mês de março de 1990. O segundo maior pico ocorreu logo antes do Plano Real, em junho de 1994, chegando a 46,54%.

Altas taxas de inflação corroeram constantemente os salários. Diversas políticas de correção salarial foram adotadas no período, procurando recompor o valor dos salários, para repor, pelo menos, a inflação do período⁴. Entretanto, os níveis que a inflação alcançou foram tão altos, que as perdas ocorridas nos salários eram cada vez maiores e estas nunca foram recuperadas.

O conceito de perdas salariais conota muitas vezes alguma confusão. Citemos um exemplo a título de esclarecimento. Lembre do assalariado que, a partir do mês de maio de 1992, trabalhou por UM salário mínimo de Cr\$ 230.000,00. Na época, as taxas de inflação mensais se aceleravam entre o 20% e 25%, conforme indicado na tabela a seguir.

⁴ Algumas políticas adotaram reajustes mensais, bimensais, quadrimestrais, ou em prazos maiores.

TABELA 1. EXEMPLO DE PERDAS SALARIAIS EM TEMPOS DE INFLAÇÃO ALTA

| Mês | Taxa de inflação [IGP-di](%) | Valor nominal do salário (Cruzeiros) | Valor real do salário (R\$ de Fev/98) | Perdas (R\$ de Fev/98) |
|------------|------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|------------------------|
| 1º Maio/92 | - | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 179,24 | - |
| Maio/92 | 22,45% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 146,39 | R\$ 32,85 |
| Junho/92 | 21,42% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 120,56 | R\$ 58,68 |
| Julho/92 | 21,69% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 99,07 | R\$ 80,17 |
| Agosto/92 | 25,54% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 78,92 | R\$ 100,32 |

Fontes: Suma Econômica e Apeção/97.

A política de reajustes do salário mínimo naquele ano era quadrimestral, e repunha ao salário seu valor inicial de acordo com a variação de preços indicada pelo IRSM. Assim, no exemplo, o salário mínimo foi fixado em Cr\$ 230.000,00 entre os meses de maio e agosto/92, e foi reajustado conforme o IRSM dos quatro meses, em setembro, sendo fixado em CR\$ 522.186,94.

Para o assalariado contratado por UM salário em maio, o primeiro prejuízo ocorreu nesse mesmo mês, ao receber o pagamento no começo de junho, corroído pela inflação de maio de 22,45%, ou seja recebeu apenas o equivalente Cr\$ 178.365,00. A partir daí, a cada mês, a inflação retirava uma parte do poder de compra desse salário, enquanto não era reajustado. Entretanto, fica difícil para nós, lembrarmos do valor da moeda daquela época⁵.

Para facilitar a interpretação, atualizaram-se os salários a reais (R\$) de fevereiro de 1998, na penúltima coluna da TABELA 1. Nela podemos observar vários detalhes:

⁵ Levando em conta que a inflação reduz o poder aquisitivo da moeda, podemos concluir que o valor do cruzeiro de junho era menor que o valor do cruzeiro de maio, mesmo sendo a “mesma” moeda. Por isso é necessário converter todos os valores em termos de uma moeda única, ou constante.

- O salário mínimo foi reajustado no mês de setembro, procurando alcançar novamente o valor que tinha em maio. Observa-se que pelo reajuste utilizado, com o IGP-di, o valor foi quase integralmente reposto.
- Durante os 4 meses em que ficou congelado, o salário foi se desvalorizando a cada mês, retirando poder aquisitivo ao assalariado, que podia adquirir cada vez menos bens.
- Calcularam-se na última coluna da TABELA 1 as perdas ocorridas a cada mês, convertidas a reais de outubro de 1997, calculadas em relação ao valor real do salário no início do período (R\$ 179,24). Estas perdas significaram dinheiro com que o consumidor não pode contar para efetuar seus gastos.
- Apesar de ter recuperado o valor anterior do salário, o consumidor não recuperou as perdas acima calculadas. Assim, neste exemplo, para uma remuneração mensal que valia inicialmente R\$ 179,24, o assalariado perdeu, durante os quatro meses, um total expressivo de R\$ 310,59, dinheiro que nunca recuperou, mesmo recebendo um reajuste sobre o salário nominal, em setembro de 1992.

Neste exemplo trabalhamos com taxas de inflação próximas a 20%. Em meses em que a inflação foi mais alta, os prejuízos foram maiores. Em um caso hipotético de 100,00%, isto é, em que os preços dobrassem de um mês para o outro, o consumidor veria sua renda reduzida à *metade*, a cada mês.

No Brasil após 1980, não se chegou a tanto, mas em março de 1990 a inflação foi de 81,3%, prejudicando o valor dos salários em quase 45% em apenas um mês. Este processo pode ser representado graficamente.

No gráfico a seguir simulamos o comportamento de um salário⁶ reajustado mensalmente, conforme a inflação, durante 5 meses onde

⁶ O caso é hipotético, apenas para fins de exemplificação.

ocorreu um processo de inflação crescente. No primeiro mês a inflação foi de 10%, no segundo de 20%, e assim sucessivamente, até 50%.

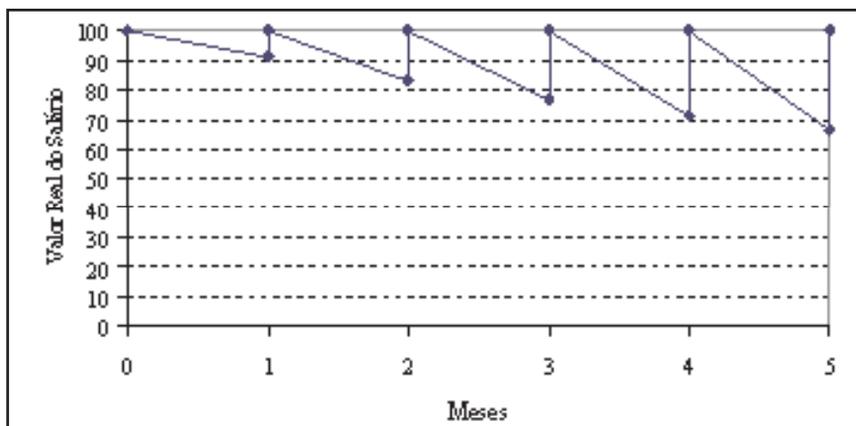


GRÁFICO 2. PERDAS DO PODER AQUISITIVO DO SALÁRIO

Observa-se no gráfico acima, que para taxas de inflação maiores, a queda do valor do salário é maior, e as perdas seriam portanto maiores, se não ocorresse a correção mensal.

O consumidor também perdeu mais, quanto mais extensos os períodos sem reajuste no salário. Por exemplo, entre 1992 e 1993, três políticas de reajuste do salário mínimo se distinguiram: em 1992 ocorreram três reajustes em janeiro, maio e setembro, ficando o salário congelado durante quatro meses em cada intervalo; em 1993 o período de reajuste diminuiu para dois meses, tendo reajustes em janeiro, março e maio; a partir de julho de 1993 os reajustes foram mensais. Durante esses dois anos as taxas mensais de inflação oscilaram entre 20% e 36%.

Na tabela a seguir descreve-se a evolução da inflação, o salário mínimo e sua atualização a valores de fevereiro de 1998.

TABELA 2. SALÁRIO MÍNIMO E INFLAÇÃO ENTRE 1992 E 1993. Valores reais a preços de fevereiro/98

| Mês | Tx de inflação [IGP-di] (% mensal) | Valor nominal do salário (moeda corrente) | Valor real do salário (R\$ de Fev/98) | Perdas Mensais (R\$ de Fev/98) |
|---------------|------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------|
| 1º Janeiro/92 | - | Cr\$ 96.037,33 | R\$ 165,51 | - |
| Janeiro/92 | 26,84% | Cr\$ 96.037,33 | R\$ 133,59 | R\$ 35,87 |
| Fevereiro/92 | 24,79% | Cr\$ 96.037,33 | R\$ 107,09 | R\$ 62,42 |
| Março/92 | 20,70% | Cr\$ 96.037,33 | R\$ 88,72 | R\$ 80,79 |
| Abril/92 | 18,54% | Cr\$ 96.037,33 | R\$ 74,84 | R\$ 94,67 |
| Maió/92 | 22,45% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 146,39 | R\$ 23,12 |
| Junho/92 | 21,42% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 120,56 | R\$ 48,95 |
| Julho/92 | 21,69% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 99,07 | R\$ 70,44 |
| Agosto/92 | 25,54% | Cr\$ 230.000,00 | R\$ 78,92 | R\$ 90,59 |
| Setembro/92 | 27,37% | Cr\$ 522.186,94 | R\$ 140,67 | R\$ 28,84 |
| Outubro/92 | 24,94% | Cr\$ 522.186,94 | R\$ 112,59 | R\$ 56,92 |
| Novembro/92 | 24,22% | Cr\$ 522.186,94 | R\$ 90,63 | R\$ 78,88 |
| Dezembro/92 | 23,70% | Cr\$ 522.186,94 | R\$ 73,27 | R\$ 96,24 |
| Janeiro/93 | 28,73% | Cr\$1.250.700,00 | R\$ 136,32 | R\$ 33,19 |
| Fevereiro/93 | 26,51% | Cr\$ 1.250.700,00 | R\$ 107,76 | R\$ 61,75 |
| Março/93 | 27,81% | Cr\$ 1.709.400,00 | R\$ 115,23 | R\$ 54,28 |
| Abril/93 | 28,21% | Cr\$ 1.709.400,00 | R\$ 89,88 | R\$ 79,63 |
| Maió/93 | 32,27% | Cr\$ 3.303.300,00 | R\$ 131,31 | R\$ 38,20 |
| Junho/93 | 30,72% | Cr\$ 3.303.300,00 | R\$ 100,45 | R\$ 69,06 |
| Julho/93 | 31,96% | Cr\$ 4.639.800,00 | R\$ 106,92 | R\$ 62,59 |
| Agosto/93 | 33,53% | CR\$ 5.534,00 | R\$ 95,50 | R\$ 74,01 |
| Setembro/93 | 36,99% | CR\$ 9.606,00 | R\$ 121,01 | R\$ 48,50 |
| Outubro/93 | 35,14% | CR\$ 12.024,00 | R\$ 112,09 | R\$ 57,42 |
| Novembro/93 | 36,96% | CR\$ 15.021,00 | R\$ 102,24 | R\$ 67,27 |
| Dezembro/93 | 36,22% | CR\$ 18.760,00 | R\$ 93,73 | R\$ 75,78 |

Fontes: Suma Econômica e Apecão/97. NOTA: As perdas, a cada ano, foram calculadas em relação ao valor real do salário em 1º de janeiro de 1992.

Com os dados da tabela 2 obteve-se o gráfico descrito a seguir, que mostra as quedas e recuperações de poder aquisitivo do salário mínimo.

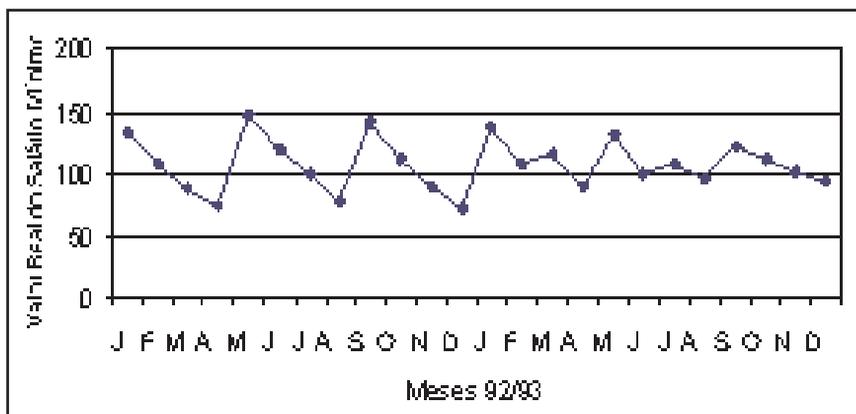


GRÁFICO 3. VARIAÇÃO DO SALÁRIO REAL – 1992-93

Observa-se que no ano 1992, durante os períodos em que o Salário Mínimo ficou congelado por 4 meses, a queda do seu poder aquisitivo foi maior do que nos períodos sucessivos de reajustes bimensais. Portanto, as perdas eram maiores quando dos reajustes quadrimestrais.

Na tabela 2 calcularam-se as perdas sofridas pelo assalariado. Verifica-se, por exemplo que o mesmo perdeu, no primeiro quadrimestre de 1992 um total de R\$ 273,73, correspondente a 161,03% do valor inicial do salário (mais de uma vez e meia), enquanto, no primeiro quadrimestre de 1993, em que houve reajuste bimensal, a perda foi menor, somando R\$ 228,85, que equivale a 135% do salário inicial do ano 1992. Observa-se assim que, apesar da inflação acumulada do quadrimestre ser mais alta (126,47% em 92 e 166,86% em 93), as perdas foram menores quando houve reajuste bimensal.

Se, em 1993, o salário tivesse ficado congelado nos quatro primeiros meses no valor de Cr\$ 1.250.000,00, as perdas somariam

R\$ 283,89, correspondentes a 167,48% do salário de 1º de janeiro de 1992.

Nos três últimos meses de 1993 o valor real mostra-se decrescente porque os reajustes mensais do Salário não cobriram completamente a inflação do período.

Passemos agora a analisar um período mais recente, posterior à implantação do Plano Real, quando os níveis de inflação diminuíram. A tabela a seguir descreve os primeiros seis meses de 1996.

TABELA 3. SALÁRIO MÍNIMO E INFLAÇÃO EM 1996

| Mês | Tx de inflação [IGP-di](%) | Valor nominal do salário | Valor real do salário (R\$ de Fev/98) | Perdas/Ganhos (R\$ de Fev/98) |
|--------------|----------------------------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|
| Janeiro/96 | 1,79% | R\$ 100,00 | R\$ 116,49 | R\$ 2,08 |
| Fevereiro/96 | 0,76% | R\$ 100,00 | R\$ 115,61 | R\$ 2,96 |
| Março/96 | 0,22% | R\$ 100,00 | R\$ 115,35 | R\$ 3,22 |
| Abril/96 | 0,70% | R\$ 100,00 | R\$ 114,55 | R\$ 4,02 |
| 0Maio/96 | 1,68% | R\$ 112,00 | R\$ 126,18 | R\$ 7,61 ⁷ |
| Junho/96 | 1,22% | R\$ 112,00 | R\$ 124,66 | R\$ 6,09 |

As perdas foram calculadas ainda em relação ao valor de R\$ 118,57 do salário de R\$ 100,00 vigente em 1º de janeiro de 1996.

Observa-se que no primeiro semestre de 1996, apesar do salário mínimo ficar congelado, as perdas ocorridas no quadrimestre somaram R\$ 12,28, ou 10,36% sobre o valor inicial (12,28/118,57), mostrando-se bem inferiores às perdas ocorridas em tempos de inflação alta.

⁷ O reajuste do Salário Mínimo ocorrido em maio/97 significou em ganhos em relação ao seu valor em janeiro.

Avaliando o período posterior à implantação do Plano Real, verificou-se que o Salário Mínimo teve poucos reajustes:

- Valor nominal de R\$ 64,79 entre julho/94 e agosto/94
- Valor nominal de R\$ 70,00 entre setembro/94 a dezembro/94
- Valor nominal de R\$ 85,00 entre janeiro/95 e abril/95
- Valor nominal de R\$ 100,00 entre maio/95 e abril/96
- Valor nominal de R\$ 112,00 entre maio/96 e abril/97
- Valor nominal de R\$ 120,00 entre maio/97 e abril/98

Entretanto, a elevação de R\$ 64,79 até R\$ 120,00, ocorrida entre julho de 1994 e fevereiro de 1998, correspondente a 85,21% é superior à inflação acumulada no período, segundo o IGP-di, de 59,15%⁸.

Da análise das políticas de reajuste salarial em tempos de alta e baixa inflação, pode-se concluir, que *a estabilização de preços conseguida pelo Plano Real se mostrou como um benefício significativo para o assalariado*, em vista que, mesmo não tendo reajustes freqüentes, tem perdas muito inferiores às que sofreria em tempos de alta inflação, conseguindo assim segurar o poder de compra do seu vencimento por mais tempo. Isso significa um ganho real nas rendas disponíveis para consumo, que será mantido se a inflação continuar em níveis baixos.

⁸ Este índice representa a inflação média no Brasil. Em Campo Grande-MS, a inflação calculada pelo IPC, da SEPLAN, foi no mesmo período de 57,07%. Portanto os ganhos do assalariado que mora nesta cidade foram maiores que os de outras capitais do país.

4. OS NOVOS PREÇOS DOS BENS DE CONSUMO BÁSICO

Nesta seção analisaremos o comportamento real dos preços de alguns itens de consumo, após o Plano Real. A análise inicia-se em julho de 1994. Iniciou-se a análise com a expectativa de verificar alguma redução, em termos reais, do custo dos bens alimentícios, após a implantação do Plano. Essa redução, teria reforçado os ganhos recebidos pelo assalariado que depende de um, dois e até três salários mínimos.

Quando da implantação do Plano Real, em julho de 1994, com a confusão gerada pela transformação dos preços de URV a Reais, o mercado se mostrava bastante instável. O CEPACE - Centro de Pesquisas da UCDB - prestou na época um serviço de levantamento de preços, de 100 produtos em seis supermercados da cidade de Campo Grande-MS. Esse levantamento era feito por estagiários do CEPACE, num só dia, organizado e publicado em panfletos, distribuídos entre os interessados. Mostrava-se o preço de cada um dos 100 produtos em cada supermercado e indicava-se o local mais barato para cada produto. Essa lista servia de guia, para o consumidor escolher o local de compra, tendo referência dos preços oferecidos pelas outras lojas.

Passados três anos e meio da implantação do plano real, o CEPACE retomou a lista de produtos e realizou a pesquisa de preços em fevereiro de 1998. A pesquisa foi realizada em cinco supermercados de Campo Grande, já que o sexto que era pesquisado, fechou. A comparação das listas de preços de 22/07/94 e 05/02/98 resultou em várias observações interessantes, que são apresentadas nesta seção do artigo.

As coletas de preços foram sempre realizadas sobre uma lista de 120 produtos, dos quais os 100 mais completos eram publicados. O critério do levantamento considerava, quando não era especificada a marca do produto, aquele que na prateleira do supermercado tivesse o

menor preço. Ao se fazer o levantamento atualizado dos preços foram lançadas algumas hipóteses que comentaremos a seguir.

A primeira hipótese era que se esperava que as diferenças de preços entre supermercados tivesse diminuído, devido à estabilização da moeda, tendendo a aproximar os preços de sua média.

- Em julho/94, para mais de um quinto (22%) dos produtos, a diferença de preço entre supermercados era maior que 100% e, encontrou-se, por exemplo, um produto com 350% de diferença de preço entre os supermercados (batata doce). A média das diferenças de preço entre supermercados em julho/94 era de 77,07%.
- Observando os preços coletados em fevereiro/98, verificou-se que a proporção de produtos em que a diferença de preços entre supermercados é maior do que o dobro, aumentou para 27,50%. Ainda, identificaram-se cinco produtos em que a diferença é maior que 350%, alcançando até 726,06% (amaçante). Observaram-se diferenças importantes no grupo de frutas e verduras, que contém 19 produtos, dentre os quais 15 mostraram diferenças de preços entre lojas entre 100% e 413%⁹.

Conclui-se desta análise que a hipótese proposta era falsa e que portanto, *a necessidade da dona de casa de pesquisar os locais que oferecem preços mais baratos se mostra mais importante atualmente*, já que as diferenças de preços entre supermercados são consideráveis.

Uma segunda hipótese testada se refere à posição dos supermercados segundo os preços praticados. Pensou-se, inicialmente que

⁹ O caso das verduras e outros produtos hortifrutí deve ser analisado com especial cuidado quando comparados meses do ano diferentes, devido à sazonalidade da produção. Entretanto, neste caso estamos comparando a mesma qualidade de produto, no mesmo dia, em lojas diferentes.

haveria alteração na ordem dos supermercados, quando organizados do mais barato ao mais caro.

- Denotando os supermercados pesquisados como E, A, C, M e J, ordenamos os mesmos do mais barato ao mais caro, seguindo o seguinte critério: considerou-se o supermercado mais barato aquele que apresentasse maior número de produtos mais baratos que os outros, e menor número de produtos mais caros que os outros¹⁰.
- Da comparação entre a análise realizada nas duas datas observou-se que o supermercado A, que era o mais barato em julho/94, continuava sendo aquele que oferece maior número de preços baixos e menor número de preços altos. O supermercado C, que se encontrava na média (3º lugar) continua na mesma posição. Já o supermercado E, que era o mais caro em julho de 94, melhorou suas condições de preço, colocando-se como segundo mais barato em fevereiro/98. O supermercado J que era o segundo mais barato é atualmente o segundo mais caro, e o supermercado M, que era o segundo mais caro em 94, é hoje o mais caro.

Conclui-se então que o consumidor que realiza sempre suas compras no mesmo supermercado, por hábito, nem sempre se encontra favorecido pelo preço, a não ser que seja assíduo cliente do supermercado A. Talvez algum consumidor “ache” um ou outro supermercado mais barato. Aqui estamos concluindo em relação à média de uma lista de 100 produtos. Sendo assim, ***reforça-se a validade de realizar uma pesquisa de preços*** antes de comprar, principalmente quando se trata de uma compra mensal de volume significativo.

Da análise de variações de preços ocorridas entre julho/94 e fevereiro/98, esperava-se inicialmente comprovar que os preços de produtos alimentícios, de higiene e de limpeza tivessem mostrado um

¹⁰ Da lista de 100 produtos cujos preços foram comparados.

aumento inferior ao índice de inflação, calculado para o período, pelo órgão responsável (SEPLAN).

- IPC-Índice de preços ao consumidor de Campo Grande indica para o período uma inflação acumulada de 57,07%.
- O valor da Cesta Básica (composta por 44 produtos, com quantidades médias consumidas por uma família padrão de 5 pessoas), também levantado pela SEPLAN, mostrou um aumento de R\$309,98 (jul/94) para R\$ 456,60(fev/98), indicando 47,30 % de variação¹¹.
- A diferença entre os dois indicadores corresponde ao fato do IPC incluir outros itens além dos produtos alimentícios, de higiene e de limpeza, tais como aluguéis, serviços de saúde, passagem de ônibus, entre outros. Portanto, observa-se, pelos indicadores calculados pela SEPLAN, que, em média, os preços dos produtos de consumo básico aumentaram menos que a média geral de preços.
- Analisando os dados coletados pelo CEPACE, observa-se que os preços tiveram variações distintas. Considerando o preço médio dos 5 supermercados, os produtos que mostraram maiores aumentos de preços no período foram:

| | |
|-----------------------|--------|
| Limão | + 317% |
| Pimentão..... | + 100% |
| Gelatina | + 84% |
| Queijo/pedaço | + 64% |
| Danoninho/6/360g..... | + 55% |

¹¹ Esta informação complementar, refere-se ao gasto de uma família de cinco pessoas, com uma renda média de cinco salários mínimos, isto é, um nível de consumo um pouco mais elevado que o analisado neste artigo.

- Entretanto, dos 100 produtos da lista, 74 sofreram redução de preço, oscilando de -0,1% até -69%. Os preços que mais caíram, considerando o preço médio entre os 5 supermercados foram:

| | |
|---------------------|-------|
| Cheiro verde | - 69% |
| Alface..... | - 62% |
| Bolacha/caixa..... | - 57% |
| Batata | - 50% |
| Absorvente peq..... | - 49% |

- Para a lista de 100 produtos, foi calculado o preço médio do produto nas duas datas. Essa média foi obtida como média simples dos preços coletados, nas lojas onde o produto estava disponível. Ao se analisar esses preços médios, observou-se reduções de até 57%, em produtos não sujeitos à estacionalidade. Para os outros 26 produtos, cujo preço médio aumentou, verificaram-se aumentos de até 84% em produtos não agrícolas e até 317% em produtos agrícolas. Estes últimos, por estarem sujeitos a oscilações climáticas, podem ter alterações significativas diárias. Nesse pequeno grupo de produtos, cujo preço aumentou, deve-se ressaltar, ainda, que se incluem 21 produtos cujo preço aumentou menos que a taxa de inflação acumulada no período (em torno de 57%). Para esses produtos, pôde-se verificar uma redução em termos reais de preço.
- Finalmente, para verificar a variação de poder aquisitivo do salário mínimo, foi calculado o custo total de uma cesta básica de 15 produtos alimentares¹². Para essa lista de produtos, o custo em cada um dos cinco supermercados foi diferente.

¹² Incluíram-se nessa lista: 6,7 kg de carne, 15 litros de leite, 900 g de margarina, 4,3 kg de arroz, 4,8 kg de macarrão, 4,9 kg de feijão, 4,2 kg de batata, 3,3 kg de alface, 4,9 kg de tomate, 4,78 kg de banana, 12,48 kg de laranja, 1 litro de óleo, 1,8 kg de açúcar, 300 g de sal e 3 kg de pão. As quantidades, em quilos e litros, de cada produto, foram retirados da pesquisa publicada mensalmente pelo Governo do Estado: Cesta Básica Alimentar – Ração Essencial.

Calculou-se, também, o custo dessa cesta básica, para um consumidor entusiasta, que estivesse disposto a percorrer as cinco lojas, adquirindo, em cada uma delas, os produtos da lista que tivessem o melhor preço. Fazendo isso, em 1994, o consumidor economizaria até 34% na compra, o que significava, na época R\$ 17,27. Em 1998, esse consumidor conseguiria economizar até R\$ 29,19, ou 61%¹³. É evidente que um consumidor com tempo disponível gastaria menos do que R\$ 29,19 para percorrer os cinco supermercados, tendo com isso um ganho real considerável.

Para visualizarmos, calculou-se quantas cestas básicas de alimentos o trabalhador que ganhava um salário mínimo poderia adquirir.

- Em 1994, no supermercado identificado como o mais caro, esse consumidor não conseguiria comprar toda a cesta¹⁴. Com a mesma renda, nos outros quatro supermercados, ele conseguiria adquirir uma cesta básica de alimentos e teria algum trocado de volta (de até R\$9,59).
- Em fevereiro de 1998, o mesmo consumidor, com apenas um salário mínimo, consegue adquirir até **duas cestas básicas**. No supermercado onde a cesta fica mais barata, o consumidor gastaria 46% do salário mínimo (R\$55,01) e, no supermercado onde a cesta fica mais cara, gastaria 64% do salário (R\$76,77).
- Se esse consumidor estivesse disposto a percorrer os cinco supermercados, verificar e comparar os preços dos 15 produtos e comprar cada um deles pelo melhor preço, conse-

¹³ Este ganho máximo foi calculado pela diferença entre o custo mínimo (quando percorridos os cinco supermercados) e o maior custo de realizar a compra integral num só supermercado.

¹⁴ Ficaria sem comprar feijão ou, então, sem comprar sal, açúcar, óleo e banana, por exemplo.

guiria, em 1994, gastar apenas 78% do salário (sobrariam R\$ 14,02) e, *em 1998, conseguiria gastar apenas 40% do salário* (sobrariam R\$72,42 dos R\$120,00).

Verifica-se, assim, que, em relação a 1994, quando da implantação do Plano Real, *o poder aquisitivo do salário mínimo elevou-se* consideravelmente. Isso beneficia em ampla proporção a população que possui rendas baixas, desde que ainda se mantenha num emprego que lhe garanta pelo menos essa renda.

Aprofundando a análise realizada, procurou-se testar as seguintes hipóteses complementares:

a) o nível geral de preços no início da implantação do Plano Real estava superaquecido, em vista da confusão de expectativas sobre as políticas adotadas, portanto, o ganho de poder aquisitivo do salário estaria superestimado;

b) ocorreu, durante o período analisado, uma alteração na participação de cada grupo de produtos, aumentando a participação relativa dos alimentos e reduzindo a dos produtos de higiene e limpeza.

Para verificar a **primeira hipótese** e com isso avaliar a validade da nossa conclusão anterior em relação ao tamanho do ganho no poder aquisitivo dos salários, procuramos analisar o comportamento do valor real da Cesta Básica de bens de consumo. No gráfico 4, apresenta-se a evolução do valor real da Cesta Básica de bens de consumo. A mesma foi obtida, transformando a valores de janeiro de 1998, o valor da Cesta Básica de cada mês, desde 1991, calculado pela SUPLAN/MS¹⁵.

¹⁵ Hoje SEFOP-Secretaria de Estado de Finanças, Orçamento e Planejamento, cuja Diretoria de Estudos e Pesquisas da Superintendência de Planejamento calcula e divulga mensalmente o Índice de Preços de Campo Grande e a Cesta Básica (alimentar e familiar).

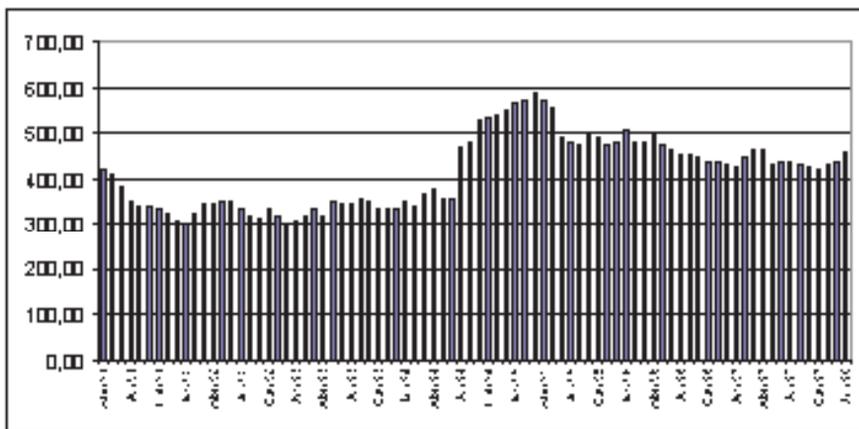


GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO DO VALOR DA CESTA BÁSICA EM CAMPO GRANDE

Essa variável, também representativa da variação nos preços de bens de consumo, é constituída, segundo a SUPLAN, por 44 itens: 32 produtos alimentícios, cinco produtos de higiene e sete produtos de limpeza. Como a informação, sobre o preço médio na cidade (para diferentes marcas e locais de compra) de cada um desses produtos, mês a mês, encontra-se disponível, pôde-se avaliar o comportamento do valor mensal da compra.

No gráfico 4 observa-se que o valor da cesta básica se manteve relativamente estável desde 1991, entre R\$300,00 e R\$400,00, durante os meses em que a inflação era alta, até a implantação da URV. A partir de então, ocorreu um aumento do valor da cesta básica, maior que o aumento da inflação, elevando assim seu valor real e encarecendo sua aquisição. Entretanto, observa-se que esse aumento continuou, nos meses seguintes à implantação do Plano Real, ocorrida em julho de 1994.

Portanto, a comparação do custo da Cesta Básica entre julho/94 e fevereiro/98 *não considerou como referência o nível mais alto do custo* dos bens de consumo. Tratava-se sim de um nível su-

perior ao que vinha alcançando antes do Real, mas não se tratava do pico. Este pico foi alcançado em março de 1995, quando o valor da cesta básica alcançou, a preços de janeiro/98, o valor máximo de R\$ 584,89. Após isso, a cesta básica foi se barateando nos meses seguintes, alcançando níveis médios equivalentes ao seu valor em julho/94, mas não recuperando o valor menor que tinha antes do real.

Dessa forma, conclui-se pela validade da análise comparativa julho/94 a fevereiro/98, já que a sobre-valorização de preços não teria afetado a conclusão alcançada.

Uma análise um pouco mais ampla, poderia verificar a evolução do poder aquisitivo de um salário mínimo, em termos de quantas Cestas Básicas Alimentares podia adquirir, realizada desde 1991¹⁶. O gráfico 5, a seguir mostra o comportamento da relação Salário Mínimo/ Cesta Básica Alimentar.

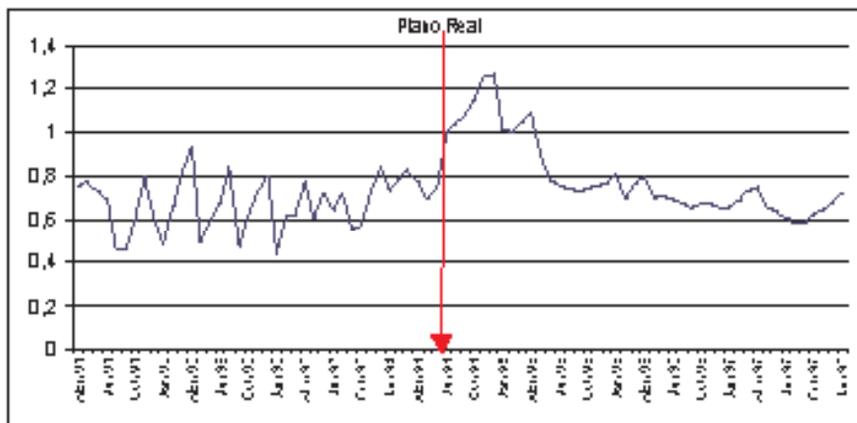


GRÁFICO 5. RELAÇÃO ENTRE UMA CESTA BÁSICA ALIMENTAR E UM SALÁRIO MÍNIMO

¹⁶ Observamos que a análise aqui apresentada corresponde aos levantamentos de preços divulgados pelo Estado (médias de várias marcas e locais de compra), e podem diferir dos valores analisados neste artigo, que correspondiam aos levantamentos realizados em supermercados, pelo CEPACE.

Observa-se que, antes do Plano Real (indicado pela seta), a relação Cesta Básica Alimentar/Salário Mínimo (CBA/SM) mostrava maiores oscilações do que após julho de 1994. Entretanto, a relação nunca passou de um, isto é, nunca a cesta básica foi mais cara que o salário e chegou a manter proporções menores que depois do Plano, alcançando o mínimo de 44% do salário.

Depois do Plano Real, ocorreu uma fase inicial de encarecimento da Cesta Básica Alimentar em relação ao salário, até dezembro de 1994, quando alcançou o seu máximo de 1,27, indicando que um salário não conseguia adquirir uma cesta completa, porque esta era 27% mais cara que o salário mínimo. A partir de então observa-se um declínio na relação, que mostra os ganhos reais de poder aquisitivo alcançados pelo salário mínimo, até os dias atuais.

Como complemento podemos apresentar também a evolução da parte da renda de cinco salários mínimos, utilizada para se adquirir uma cesta básica completa¹⁷.

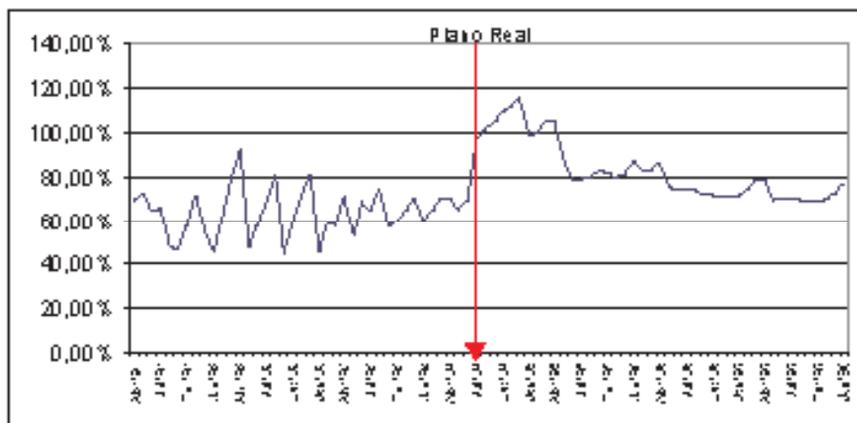


GRÁFICO 6. O PODER AQUISITIVO DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS EM RELAÇÃO À CESTA BÁSICA DE CONSUMO COMPLETA

¹⁷ Essa cesta básica reflete, segundo a metodologia da SUPLAN, o consumo médio de alimentos, produtos de higiene e de limpeza, de uma família padrão de cinco pessoas. O gráfico 6 mostra essa evolução desde 1991 e amplia a análise a famílias de renda um pouco superior.

O gráfico acima mostra uma tendência semelhante à da relação CBA/SM apresentada no gráfico 5. Assim, verifica-se que os efeitos da estabilização de preços e da nova política salarial foram semelhantes para o assalariado com renda de um salário mínimo e de outro com renda de cinco salários mínimos.

A **segunda hipótese** se refere à composição dos bens contidos na Cesta Básica de Consumo elaborada pela SEPLAN e à participação de cada um dos três grupos de produtos na despesa total. Desde 1991, em média 91,25% do gasto realizado para adquirir a Cesta Básica Completa correspondeu a alimentos, 4,54% a produtos de higiene e 4,21% a produtos de Limpeza. A seguir, o gráfico 7 apresenta a evolução do peso de cada um dos três grupos de produtos, no custo total da Cesta Básica Completa.

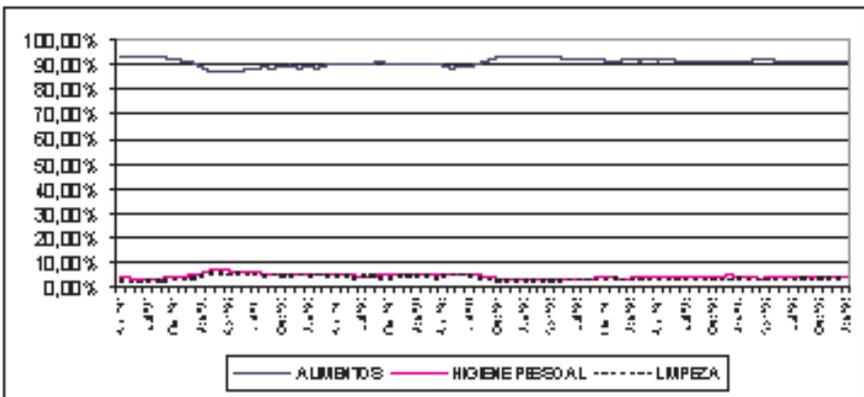


GRÁFICO 7. PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE PRODUTOS NO CUSTO DA CESTA BÁSICA COMPLETA

Devido a um aumento relativo dos preços dos produtos de higiene e limpeza, em junho de 1992 o peso dos alimentos caiu até seu mínimo de 87,29%, mantendo-se em torno desse nível até a implantação do Plano Real. A partir de então, a participação dos alimentos se manteve em torno de 92%.

Verifica-se assim que o Plano Real significou, para o consumidor, em uma leve redistribuição do gasto, elevando a participação dos alimentos. A explicação dessa redistribuição se encontra no fato dos preços de produtos de limpeza e higiene terem diminuído mais que os preços dos alimentos.

O salário mínimo, que em julho de 1994 era R\$ 64,79, aumentou, até fevereiro/98, em 85%, sendo, atualmente, de R\$ 120,00. Observa-se, assim, que a remuneração teve um ganho real, já que aumentou mais do que a inflação do período (51%), que indica o aumento médio dos preços, em geral, de bens e serviços.

Ainda, quando comparado com as variações de preços, que, em média, também aumentaram menos do que a inflação, permitiu-nos concluir em quanto *aumentou o poder aquisitivo* de tal salário.

5. OS NOVOS PREÇOS DOS BENS DURÁVEIS

Consideramos como representativos dos bens duráveis demandados pelos consumidores de rendas baixas, o grupo dos eletrodomésticos.

A análise apresentada nesta seção baseou-se na coleta de preços à vista de eletrodomésticos, anunciados pelas Casas Bahia, na Folha de São Paulo, de veiculação nacional. Optou-se por fixar a loja e a fonte, para minimizar alterações na margem de comercialização e condições de pagamento, oferecidas de forma distinta pelas diversas lojas.

A maior dificuldade para a realização do comparativo, principalmente no caso dos eletrodomésticos, é a fixação das características do bem. Com o passar do tempo, os produtos têm ficado relativamente mais baratos, mas também têm mostrado melhorias na qualidade,

como consequência da inovação tecnológica. Assim, optou-se por selecionar para a comparação, o produto, do tamanho escolhido, que mostrasse o preço mais atraente na época da coleta, determinando-se uma lista de 15 produtos.

A hipótese trabalhada foi de que a redução relativa dos preços dos eletrodomésticos contribuiu para a melhoria do poder aquisitivo das rendas baixas.

Para sua verificação, adotou-se a seguinte metodologia: para uma amostra de quatro eletrodomésticos representativos (fogão, geladeira, televisor de 20" e liquidificador), foram coletados, em jornais de circulação nacional, os preços anunciados por uma loja representativa, que manteve ao longo do período analisado, política permanente de anúncios de preços.

A seguir, analisamos caso a caso, a evolução do valor dos quatro produtos entre 1994 e 1998:

- a) No caso do *fogão* (quatro bocas da Continental), no período entre abril/94 e fevereiro/98, ocorreu um aumento real do valor do bem, de 55,14%. Entretanto, comparando o valor do produto, em termos de salários mínimos, verifica-se que, em abril/94, eram necessários 2,44 salários para adquirir um fogão, e em fevereiro/98 era preciso investir 3,40 salários para comprar o mesmo fogão, significando num aumento de 39,34%. A diferença entre as duas percentagens de aumento é devida ao ganho real obtido pelo salário mínimo no período.
- b) O preço real da *geladeira* (256 litros da Prosdóscimo) também teve um aumento real (de 14,03%), quando comparados os preços entre julho/94 e fevereiro/98, transformados a reais de fevereiro/98. Entretanto, quando avaliado o valor da geladeira em termos de salários mínimos, verifica-se um barateamento do bem: em julho/94 comprava-se uma geladeira com 4,92 salários mínimos, enquanto em fevereiro/98 eram precisos apenas 4,58, uma redução de 7%.

- c) O *liquidificador*, cuja variação de preço foi comparada entre julho/94 e fevereiro/98, mostra uma redução no preço real, de 38,16%. Quando comparado ao salário mínimo, verifica-se uma redução de 50% no valor do produto, passando de 0,69 para 0,35 salários.
- d) O caso da *TV colorida* de 20 polegadas foi estudado com um critério particular. Em vista da evolução tecnológica permanente, a mudança de modelos e mesmo aparição de novas marcas no mercado, levantou-se o preço da TV mais barata oferecida pela loja. A comparação de ponta a ponta (abril/94 a fevereiro/98) verifica uma queda no preço real de 4,54%, e uma queda no valor em salários de 14,39%. A comparação, feita entre abril/94 (antes do Plano) e fevereiro/98, mostra que no início comprava-se uma TV com 3,89 salários e, atualmente, são necessários 3,33 salários.

Quando o Plano foi implantado, ocorreu uma elevação nos preços. Quando comparados os preços de julho/94 com fevereiro de 1998, observam-se diferenças maiores: o preço real do aparelho de TV caiu 26,36%, e em salário mínimo caiu 39,89%

As comparações para os quatro produtos foram feitas de ponta a ponta, comparando os preços vigentes antes do Plano (abril/94) e os mais recentes (fev/98). Para os quatro casos, ocorreu um aumento real dos preços durante o primeiro semestre do Plano Real e uma redução nos anos seguintes. O caso que mais chamou a atenção foi o da TV, que pôde ser adquirida, em abril/97, por apenas 2,01 salários mínimos, indicando uma redução de até 65% no seu valor, quando comparado com o nível mais alto da relação, ocorrido em outubro/94.

Num balanço agregado da análise dos preços de eletrodomésticos verifica-se a evolução do valor dos quatro produtos ao longo dos quatro anos analisados. Isto é, somando os preços dos quatro bens e transformando a soma em salários mínimos, o gráfico a seguir apresenta como evoluiu o poder aquisitivo dos salários em relação aos preços dos eletrodomésticos.

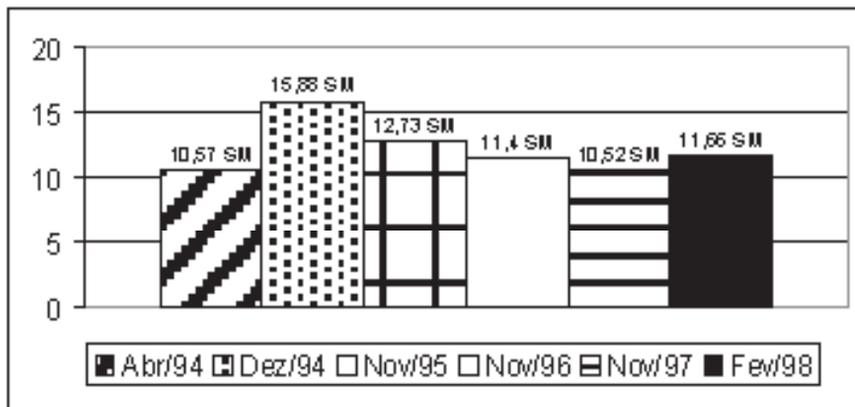


GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS QUATRO PRODUTOS EM SALÁRIOS MÍNIMOS

O gráfico acima mostra que a fase inicial de implantação do Plano Real provocou um aumento real nos preços dos produtos, que, quando avaliado junto com a perda de poder aquisitivo do salário mínimo, resultou no encarecimento dos produtos eletrodomésticos. Nos anos seguintes, entre 1995 e 1997, a estabilização dos preços e os ganhos reais ocorridos no salário, resultaram em aumentos significativos do poder aquisitivo desse salário. Portanto, o consumidor que tivesse adquirido os quatro produtos analisados em 1997, teria um ganho de mais de 30%, em relação a quem comprou os mesmos bens em dezembro de 1994. Os preços levantados no início de 1998 parecem indicar uma reversão da tendência, entretanto, deverão ser comparados com os preços a serem praticados no final deste ano, para se chegar a uma conclusão válida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram descritos alguns resultados que conseguiram mostrar a existência de uma melhoria no poder aquisitivo das rendas baixas. Os dados analisados correspondem a preços praticados em Campo Grande-MS, mas a metodologia deve verificar efeitos semelhantes em outras cidades brasileiras.

Após a análise da evolução do valor real do Salário Mínimo, verificou-se um ganho real de 17,91%, entre julho/94 e fevereiro/98, porque o reajuste foi de 85,21%, enquanto a inflação do período foi de 57,07%.

A análise do comportamento dos preços de produtos de consumo básico, efetuada a partir de levantamentos de preços realizados nos principais supermercados da cidade, permitiu concluir que o custo da cesta básica alimentar diminuiu. Essa redução, somada ao aumento real do valor do salário permitiu verificar que o assalariado que, em 1994 compraria uma cesta básica com um salário mínimo, conseguiria adquirir mais de duas com um salário mínimo de fevereiro de 1998.

Em relação às hipóteses complementares levantadas, verificou-se, em primeiro lugar, que o nível geral de preços não se encontrava, em julho de 1994, num nível relativamente elevado, com relação a fevereiro de 1998, portanto os ganhos mensurados para o poder aquisitivo do Salário Mínimo não estariam superestimados. Em segundo lugar, verificou-se que o Plano Real provocou uma leve redistribuição do gasto, elevando o peso do gasto em alimentos, em relação ao gasto em produtos de higiene e limpeza.

Da análise da evolução dos preços oferecidos no mercado, de uma amostra de produtos eletrodomésticos, concluiu-se que os preços dos eletrodomésticos se encontravam, em novembro de 1997, quase no mesmo nível que antes da implantação do Plano Real, tendo passado por uma fase de aumento significativo no início da implantação do Plano.

Em suma, pode-se afirmar que o poder aquisitivo das rendas baixas melhorou ao longo da implantação do Plano Real, permitindo ao trabalhador que ainda consegue se manter em um emprego que lhe garanta uma renda, mesmo que baixa, ampliar suas possibilidades de consumo, tanto de alimentos básicos, como de bens duráveis domésticos. A ampliação de condições de pagamento favoráveis favoreceu ainda mais a aquisição desses produtos, mesmo que comprometendo a futuro uma parte significativa da renda familiar mensal.